

Prefeitura de Vila Velha do Estado do Espírito Santo

VILA VELHA-ES

Assistente Social

DZ069-N9

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura de Vila Velha-ES

Assistente Social

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº003/2019, PMVV/ES DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Raciocínio Lógico Quantitativo - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil
Conhecimentos De Gestão De Qualidade E Administração Pública - Profº Fernando Zantedeschi
Informática Básica - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
Atualidades - Profª Roberta Amorim
Conhecimentos Específicos - Profª Ana Maria B. Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Leandro Filho
Robson Silva

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela
Victor Andrade

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão de texto. Condições de leitura e produção textual: a enunciação. Coesão e coerência textuais.....	01
Intertextualidade.....	16
Tipologia textual.....	18
Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia.....	19
Linguagem figurada.....	22
Sistema fonológico do português.....	26
Sistema ortográfico vigente.....	28
Morfossintaxe: classes de palavras e seu emprego. Formação de palavras. Morfologia nominal. Morfologia verbal. Morfologia pronominal.....	37
Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Constituintes da oração e orações no período. Frase e discurso...	79
Valores semântico-sintáticos dos conectivos.....	88
Concordância nominal e verbal.....	88
Regência nominal e verbal.....	95
Classes de palavras.....	100
Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais.....	100
Estrutura do período simples e do período composto. Funções sintáticas.....	100

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Programa: Entendimento da estrutura lógica de relações arbitrárias entre as pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas relações em função de relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais; raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos e discriminação de elementos.....	01
Porcentagem.....	42
Razões e Proporções.....	45
Regra de três (simples e composta).....	48
Princípio fundamental da contagem, combinatória, permutações.....	50
Problemas utilizando as operações fundamentais.....	54
Probabilidade.....	62
Conjuntos.....	64
Progressões aritméticas, geométricas e matemática financeira.....	68

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS DE GESTÃO DE QUALIDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DA QUALIDADE: conceitos e princípios.....	01
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: princípios básicos na administração pública, estrutura, tipos de entidades e organização....	08
GESTÃO DE PROCESSOS: conceitos básicos do modelo de gestão baseado na qualidade total, ciclo PDCA.....	23
GESTÃO DE PESSOAS: conceitos, objetivos, funções, capacitação, espírito de equipe, relacionamento entre os membros e comportamento organizacional.....	28
NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA: conceitos e princípios.....	67
ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Respeito aos interesses da coletividade e sigilo profissional.....	84
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.....	89
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA – Lei Municipal nº 01 de 25 de Outubro de 1990 e suas alterações...	90
ESTATUTO DO SERVIDOR MUNICIPAL - Lei Municipal nº 006/2002 e suas alterações.....	91
LEI DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE – Lei Federal nº 1.079 de 10 de abril de 1950 e suas alterações.....	97

INFORMÁTICA BÁSICA

Noções de informática: conceitos. Componentes dos sistemas de computação: Hardware e software. Software Básico, software utilitário e software aplicativo e software livre: conceitos.....	01
Rede de computadores (cabeadas e wireless) e equipamentos de conectividade: conceitos e aplicações. Conceitos, funções e aplicações de intranet e Internet. Tipos e características dos navegadores e dispositivos móveis. Conceitos sobre tecnologias e ferramentas de colaboração, computação na nuvem, correio eletrônico e webmail, grupos de discussão, fóruns, wikis e redes sociais.....	07
Sistema Operacional Windows 10 (Português), Linux e LibreOffice (Português): Conceitos, interface, comandos, funções, recursos e usabilidade.....	29
Editor de texto MS Word 2013/2016 (Português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade. Planilha eletrônica MS Excel 2013/2016 (português): conceitos, comandos, recursos e usabilidade: interface, bancos de dados, criação de planilhas, referências a células, cópia lógica, uso de fórmulas e funções, modelos, geração de gráficos, formatação de células e impressão.....	42
Redes de computadores e Internet: Conceitos, tecnologias, ferramentas, aplicativos e serviços.....	78
Segurança da Informação: Conceitos, princípios, problemas, ameaças, ataques. Backup e antivírus.....	78

ATUALIDADES

Temas atuais em discussão: Questões nacionais e internacionais relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, ocorridos até a data da publicação desse Edital. Fakenews; o Marco Civil da internet; violência e segurança pública. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, especialmente sobre o Brasil, o Estado do Espírito Santo e sobre o município de Vila Velha. Notícias e análise sobre educação, saúde, segurança, ecologia e desenvolvimento sustentável, relações internacionais, suas interrelações e suas vinculações histórico-geográficas.....	01
--	----

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Análise de conjuntura.....	01
Serviço Social: conhecimentos gerais da profissão.....	02
Serviço Social e formação profissional.....	29
A dimensão política da prática profissional.....	35
Pesquisa em Serviço Social. Metodologia do Serviço Social.....	43
Desafios do Serviço Social na Contemporaneidade.....	54
Atuação do Serviço Social na administração de políticas sociais.....	60
Planejamento Estratégico e Participativo. Serviço Social e interdisciplinaridade.....	68
Fenômeno grupal.....	97
Ética Profissional. O projeto ético-político-profissional do Serviço Social.....	100
A Ética aplicada à ação profissional na política de Saúde.....	120
Serviço Social e a política de Saúde Mental.....	134
Sistema Único da Assistência Social.....	135
Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90).....	149
Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º. 8.742/93).....	150
Lei n.º. 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso.....	159
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (em especial os art. 203 E 204).....	161
Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – 109/2009, 17/2011.....	162
Lei municipal nº 5.719/2016.....	166
Cadernos de orientações técnicas do Governo Federal: CRAS, CREAS, População de rua e Abrigamento de crianças e adolescentes (CRAS/CREAS/POP/RUA/ABRIGAMENTO) e PNAS.....	168

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Análise de conjuntura.....	01
Serviço Social: conhecimentos gerais da profissão.....	02
Serviço Social e formação profissional.....	29
A dimensão política da prática profissional.....	35
Pesquisa em Serviço Social. Metodologia do Serviço Social.....	43
Desafios do Serviço Social na Contemporaneidade.....	54
Atuação do Serviço Social na administração de políticas sociais.....	60
Planejamento Estratégico e Participativo. Serviço Social e interdisciplinaridade.....	68
Fenômeno grupal.....	97
Ética Profissional. O projeto ético-político-profissional do Serviço Social.....	100
A Ética aplicada à ação profissional na política de Saúde.....	120
Serviço Social e a política de Saúde Mental.....	134
Sistema Único da Assistência Social.....	135
Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90).....	149
Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742/93).....	150
Lei n.º 8.842/94 que fixa a Política Nacional do Idoso.....	159
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (em especial os art. 203 E 204).....	161
Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – 109/2009, 17/2011.....	162
Lei municipal nº 5.719/2016.....	166
Cadernos de orientações técnicas do Governo Federal: CRAS, CREAS, População de rua e Abrigamento de crianças e adolescentes (CRAS/CREAS/POP/RUA/ABRIGAMENTO) e PNAS.....	168

ANÁLISE DE CONJUNTURA;

Análise de Conjuntura - Serviço Social

No desenvolver da ação profissional, o Assistente Social se vê envolvido em situações que não podem e nem devem ser compreendidas, analisadas de maneira superficial, uma vez que o sucesso de sua intervenção depende da "leitura" que ele faz.

O assistente social tem um papel relevante nessa realidade, mas como já foi dito, é preciso que saiba munir-se dos instrumentos que permitem uma leitura especial da realidade. Leitura que se faz em função de uma necessidade ou interesse da prática profissional que venha desenvolver.

É evidente que essa leitura, apesar de objetiva, não será neutra. Ao contrário, estará sempre relacionada a sua visão do mundo e ao rumo dos acontecimentos gerados pela estrutura social. Costumamos dizer que esses acontecimentos perpassam a estrutura como movimentos cíclicos e criam certas situações especiais e que chamamos "conjuntura". [...] que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendência a partir dos dados e das informações (SOUZA, 1984).

Categorias da análise de conjuntura

- Acontecimentos (certas ocorrências que causam, quase sempre, repercussões e que pela dimensão que atingem, os efeitos que causam, podem afetar a vida de milhares de pessoas, da sociedade e seu conjunto – por exemplo: greves, guerras, movimentos sociais, conflitos no campo etc. que adquirem, portanto, um sentido especial para o país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa);
- cenários (determinados espaços onde se desenvolve as ações da trama social e política: cenários da guerra, cenários da luta);
- atores (uma classe social, uma categoria profissional, ou um grupo são atores sociais quando representam algo para a sociedade e encarnam uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma denúncia. Exemplo: os sem-terra e os latifundiários são os atores principais do conflito pela posse da terra);
- relação de forças (em todo acontecimento, diferentes atores vão estar em relação – ora confronto, ora de cooperação, ora de coexistência, revelando uma relação de forças, de domínio uns sobre os outros, de igualdade ou de subordinação);
- articulação (relação) entre "estrutura" e "conjuntura" (Os acontecimentos, quando emergem num determinado cenário e numa dada conjuntura, são sempre resultados de um processo que vem se gestando numa determinada estrutura, que vai definir as características, alcance e limite de tal conheci-

mento – nenhum acontecimento social, mesmo aquele que provoca mudança significativa, ocorre por simples acaso ou "cai do céu" por descuido de alguém);

Existem dois modos de ler a conjuntura:

- a partir da situação ou do ponto de vista de poder dominante (a lógica do poder);
- a partir da situação ou do ponto de vista dos movimentos populares das classes subordinadas, da oposição do poder dominante

A análise de conjuntura:

[...] deve levar em conta as articulações e dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos fenômenos, dos acontecimentos, dos atores, das forças sociais, sempre analisá-los sob a ótica dos interesses das classes subordinadas, porque esse tipo de análise só adquire sentido quando e usada como elemento de transformação da realidade.

Fonte:

<http://socializando2008.blogspot.com/2010/05/analise-de-conjuntura-servico-social.html>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

01. (INSS - Analista do Seguro Social - Serviço Social –Superior- CESPE – 2016)

A respeito da trajetória histórica do serviço social e da legislação que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, julgue o item que se segue. Atualmente, o serviço social na previdência ultrapassa o discurso da humanização para apoiar-se em sólido conhecimento da realidade, aliado à defesa de direitos dos usuários em conformidade com a matriz teórico-metodológica do serviço social na previdência social e com o projeto ético-político da profissão.

() CERTO () ERRADO

01. No primeiro momento de sua criação na Previdência, o Serviço Social teve sua atuação marcada com o discurso de humanização das grandes máquinas burocráticas, cujos objetivos profissionais identificavam-se com os objetivos institucionais. Foi o momento da legitimação da profissão, a partir da unificação dos IAPs em 1966 até o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social-SINPAS e é marcado por uma afirmação profissional no interior da instituição previdenciária, tendo uma expressão mais concreta através da participação dos profissionais em todas as esferas das Instituições: planejamento, supervisão e execução. Nos marcos institucionais atuais, o artigo 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, definiu a competência do Serviço Social no campo do esclarecimento dos direitos sociais, dos meios de exercê-los e do estabelecimento conjunto com os beneficiários quanto à solução de problemas, tanto na sua relação

com a instituição como na dinâmica da sociedade. Matriz teórico-metodológica do serviço social na Previdência Social. - Brasília: MPAS, 1995.

GABARITO OFICIAL: CERTO

SERVIÇO SOCIAL: CONHECIMENTOS GERAIS DA PROFISSÃO

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL.

AS PARTICULARIDADES DOS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A compreensão do serviço social como resultado do confronto da relação entre o Estado e Sociedade, no âmbito da divisão internacional do trabalho, fruto de determinantes macrossociais, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho e nas relações de propriedade, vêm sendo palco de um profundo e amplo referencial bibliográfico, acompanhada de inúmeros estudos, no qual seus agentes vem buscando uma compreensão das particularidades desta profissão no Brasil.

Na contemporaneidade, pode-se visualizar diferentes transformações societárias, advindas da relação entre estado e sociedade, submetidas a ordem do capital, principalmente as forças sociais e políticas, que vêm interferindo no cenário mundial, consequentemente nos espaços profissionais dos assistentes sociais, onde se amplia o conservadorismo mascarado nas controvérsias desta realidade.

O serviço social nos anos 80 e 90, após o seu processo de renovação, através de um aporte crítico-dialético, (re) desenha seu objeto de trabalho, que são as manifestações e expressões da questão social.

A questão social é um conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado, que este, por ora, é provocado por uma tensão de conflitos pelas classes subalternas a implantar direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. É neste terreno de disputas que os assistentes sociais são chamados para realizar a sua intervenção profissional, a qual o objeto concreto são os programas focalistas de combate à pobreza, que muitas vezes passam a ser caso de polícia pelas repressões como os sujeitos são tratados (IAMAMOTO, 2012).

Diante destes desafios, é preciso que o profissional disponha de clareza teórica e estratégias políticas, apoiado em um olhar sobre as novas expressões da questão social, que se transmutam nas demandas sociais. Isso requer um posicionamento diferenciado na concretização da ação profissional, ou seja, um patamar inovador no uso dos aspectos teórico-metodológicos.

Todavia, para compreender os fundamentos do serviço social, na atual conjuntura política, é preciso reconhecer que as funções históricas, teóricas e metodológicas

na profissão fazem parte de um único conjunto, conforme contemplados nas diretrizes curriculares, com maior aprofundamento feito pela ABEPSS.

Assim sendo, se nesta mesma tese, defende-se tal posição, no desenvolver da aplicabilidade da disciplina, em um campo prático, ainda é necessário reforçar a idéia de como se pode explicar, mesmo que sinteticamente a questão da abordagem metodológica, reconhecendo que seu cariz é reforçado pelas dimensões teórico-metodológicas, ética-políticas e técnica-operativas, na compreensão marxista.

Os fundamentos teórico-metodológicos do serviço social podem ser explicados, a partir do olhar dos métodos, técnicas e instrumentos utilizados pelo profissional, no exercício diário de sua função, no qual, com um posicionamento direcionado ao projeto ético-político, este, diante das manifestações e expressões da questão social, e numa abordagem crítico-dialética, o profissional deve decidir qual a melhor forma de aplicá-lo, em um posicionamento retido na práxis profissional.

Por ora, reconhece-se que tal concepção é verdadeira, na formação profissional dos discentes do curso de serviço social, é válida a vertente reconhecida, mesmo que empiricamente, estes recebam diante de sua caminhada pela formação, um conteúdo motriz, capaz de impulsioná-los para a atuação em qualquer lócus dos espaços sócio profissionais existentes e que ainda necessitam dos mesmos.

AS TEORIAS SOCIAIS:

Fontes inspiradoras para o desenvolvimento das ações no Serviço Social

Nos últimos anos, principalmente no processo conhecido pela categoria como de "reconceituação do serviço social", a categoria, mesmo que muitos não reconheçam as idéias expressas, estas vem direcionando as críticas a questão da metodologia. Nesta mesma vertente, exponho que não se trata aqui de retomar a questão do metodologismo no âmbito da profissão, mas expor que diante de um estudo preliminar, tem-se que compreender à questão dos fundamentos metodológicos do serviço social a partir de três elementos complementares: Método, técnica e instrumentos.

A questão dos métodos são discutidos e estudados por grande parte da categoria, expressando-se em três principais correntes: Positivismo, Marxismo e Fenomenologia, entre outras, que são tidas pela profissão ao longo do seu processo de ruptura com o conservadorismo.

A vertente positivista, em uma abordagem prática, aparece no bojo profissional, como sendo uma prática imediatista, ou seja, uma resposta dada imediatamente às diversas expressões e manifestações da questão social, vertente também conhecida como "vertente modernizadora", caracteriza-se pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas, voltadas a uma modernização conservadora (NETTO, 2005, p. 164).

Esta vertente, na contemporaneidade, passou por algumas modificações. Os assistentes sociais retiraram de seu conteúdo, pontos que justificam algumas práticas coerentes, mesmo que esteja no subjetivo da ação profissional, a questão do progresso é vista de forma fragmentada. Parafraseando o professor Dr. José Paulo Netto no último seminário de serviço social promovido pela editora Cortez, os aspectos do progresso social é preciso debatê-los na atualidade. Nesta mesma perspectiva,

[...] a teoria centraliza-se na análise dos indivíduos e grupos cujas atitudes e comportamentos estão defasados em relação aos parâmetros exigidos pela sociedade industrial. Neste nível de interpretação trata-se, em última instância, da aquisição de um conjunto de padrões referentes ao processo de modernização do homem (KOWARICK, 1977, p. 48).

A vertente marxista, essa perspectiva também ingressa como referência teórica a ser considerada no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do Movimento de Reconceitualização nas décadas de 60 e 70. Sendo uma fonte inspiradora pelas teorias capital versus trabalho, principalmente no reconhecimento da questão social, como sendo o foco central das situações problemáticas que encontram o público alvo do trabalho do serviço social.

[...] “o marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo”. Enquanto as condições nas quais o marxismo se debruçou permanecerem o capitalismo, o marxismo continuará sendo o instrumento analítico mais adequado, mais poderoso, mais abrangente, mais percuciente para revelar esse mundo. É um instrumento adequado ao seu objeto, que é a análise da realidade capitalista. Enquanto o capitalismo existir, nas suas formas, nas suas consequências, o marxismo continuará sendo o mais importante instrumento analítico de intervenção. Instrumento de crítica e autocrítica de visualização e de superação dessa realidade. As fontes do pensamento de Marx são constituídas por uma concepção de mundo e método que é a filosofia dialética, na qual se percebe que tudo que existe é um permanente devir, uma permanente superação, um permanente movimento (PAULA, 1995).

Assim sendo, remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes, introduzindo novas reflexões e compromissos para os assistentes sociais. Claramente rompe com a herança conservadora das concepções teóricas e metodológicas que não permitiam a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes.

A vertente fenomenológica, estava presente nas primeiras formulações teóricas do Serviço Social no Brasil, ingressando no universo de discussão teórica da profissão por ocasião do denominado Movimento de Reconceitualização nas décadas de 60 e 70, cujo cunho é centrada no vivido e nas vivências dos sujeitos, rompendo, assim, com as formas de controle, ajuda, adaptação, cooptação e desajustes, situando-se como uma proposição inovadora e de orientação psicossocial. Apresenta uma metodologia baseada na tríade: diálogo, pessoa e transformação social.

Por fim, estas vertentes estão presentes no desenvolvimento da ação social dos profissionais, e é preciso um olhar diferenciado e dinâmico no escolher destes para concretizar a prática operativa do serviço social, onde diante de toda a complexidade do sistema vigente, requer um melhor rigor teórico na seleção dos mesmos, vistos que as suas ações são polarizadas pelos interesses das classes burguesas, neste mesmo sentido reproduz, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No breve estudo, pode-se visualizar que o serviço social renovou-se no âmbito da sua interpretação teórico-metodológica e política, adequando as exigências do seu tempo, como se pode visualizar no desenvolver dos princípios e valores contidos no seu Código de Ética de 1993, seja pela construção de uma nova ordem societária, como também pelo novo modo de operacionalizar suas ações profissionais, onde aguça a crítica à hegemonia da configuração social.

Outros pilares de fomentação encontra-se na Lei de Regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares que conseguem materializar um projeto de formação que vem sendo construído coletivamente, avançando na qualificação das múltiplas e diferenciadas expressões da questão social como objeto de trabalho dos assistentes sociais.

Mesmo diante destas mudanças, existem muitas questões que necessitam ser reconstruídas e inseridas nas agendas profissionais, principalmente no tratamento dos fundamentos teórico-metodológicos, que caracterizam as intervenções profissionais de natureza crítica, pois no trato as manifestações e expressões da questão social, o serviço social detém de atribuições e competências específicas para responder às suas demandas concretas e subjetivas.

Texto de: LEITE, A. C.; CARVALHO, L. H. de; MARINHO, L. M.; LIMA, T. A. S. Os fundamentos teórico-metodológicos do serviço social no século XXI. 2014.

Fontes:

IAMAMOTO, M. V. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. CFESS. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: 2012.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. 2º. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

188 p. (Estudos latino-americanos, v. 3)

_____. M. V. O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4.ed. SP: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 30, Cortez, São Paulo, 1989.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 84. São Paulo: Cortez, 2005, p.21-37

_____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. Cadernos ABESS, n. 4, Cortez, São Paulo, 1991.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 143-164.

PAULA, João Antônio. A Produção do Conhecimento em Marx. Cadernos ABESS 5. A produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo, 1995.

1.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA, EM PARTICULAR NO BRASIL.

A década de 1960 e sua influência no serviço social brasileiro

A partir de 1960, o serviço social começa a sofrer importantes transformações no movimento de reconceituação da profissão na América Latina, que trazia uma denúncia do conservadorismo profissional iniciado na década de 1960 e desenvolvido até a década de 1980, influenciado pela conjuntura histórica mundial, principalmente na própria América Latina.

Nessa década a profissão veio a questionar seus referenciais e requisitar uma renovação em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico-operativo e político.

Esse processo de mudanças na formulação teórica e prática do serviço social não se deu de forma isolada, mas sim inserido no movimento das demais ciências sociais e humanas, que discutiam a temática do "desenvolvimento" e de suas repercussões na América Latina.

Esse movimento, denominado de "Movimento de Reconceituação", impôs ao assistente social a necessidade da constituição de um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses da população usuária dos serviços. O movimento foi reprimido pelo golpe militar de 1964, com a neutralização de todos os segmentos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado.

O controle e a repressão da classe trabalhadora pelo Estado e pelo grande capital e o atendimento das novas demandas submetidas à racionalidade burocrática exigiram a renovação do serviço social.

A crise ideológica, política e de eficácia da profissão vinha a questionar a burocratização do serviço social, seu caráter importado e sua ligação com as classes dominantes. Apontava-se para três projetos: um que se propunha manter a matriz conservadora e tradicional, outro que intencionava uma modernização conservadora e um último que apresentava a direção de ruptura com o conservadorismo, um dos marcos dessa época foi o movimento de reconceituação.

Nessa época o serviço social estabiliza-se sob mudanças técnicas, a chamada modernização conservadora que colocou a questão do método em debate, fundamentando-se ora por uma aproximação com o marxismo, porém com uma leitura reducionista; ora recusando o teorismo pela prática.

Com a influência norte-americana, o serviço social alcança sua maioridade na sistematização teórica e técnica, feita através do trabalho com indivíduos e famílias, como o serviço social de grupo e o serviço social de comunidade.

Nos primeiros anos da década de 60, já com uma visão mais politizada e participativa (democratizada), o serviço social integra as experiências de DC com o comprometimento junto às transformações estruturais que permeavam o governo vigente – governo de João Goulart (1961-1964).

Era desencadeado, também, o início de mudanças significativas no serviço social, numa conjuntura de aprofundamento do debate político na sociedade diante do agravamento da questão social e dos níveis de empobrecimento da população trabalhadora, contrastados com os índices de crescimento econômico verificados em finais dos anos 50.

O II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1961, representa o marco oficial da inserção da profissão no projeto desenvolvimentista e da incorporação do DC numa perspectiva modernizadora e de atualização da profissão frente às novas demandas do Estado e dos setores dominantes. Com o governo João Goulart, abre-se um período de ampliação do espaço de participação política e de luta por transformações estruturais e reformas de base.

No serviço social começa a despontar a necessidade de sintonia com uma sociedade em mudança e de responder a demandas macrosociais que rompem com a visão tradicional.

Marcam esse processo as experiências de grupos de assistentes sociais vinculadas à esquerda católica e aos projetos de educação de base e de organização popular em comunidades urbanas e rurais, inspirados nas teorias de educação para a libertação e no método de alfabetização de Paulo Freire. No entanto, o golpe de 64 e a ditadura militar interrompem o processo de radicalização democrática, o que põe fim ao pacto populista e ao engajamento dos que lutavam para a implantação de alternativas de desenvolvimento nacional-populares e democráticas no país.

No período de 1965 a 1975, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS) encarregou-se de adequar a profissão às exigências propostas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós 1964, influenciado pelo estruturalismo funcional norte-americano, sem questionar a ordem social e política vigente (Netto, 2004).

Para a implantação desse novo modelo, o Estado moderniza e amplia suas funções econômicas, sociais, políticas e culturais, orientando-se na integração da economia brasileira aos padrões internacionais definidos pelo capitalismo monopolista. Para isso, o Estado comprimiu o espaço político da sociedade civil, especialmente o de oposição.

Mudanças nas políticas salarial e sindical foram acompanhadas pelo arrocho salarial, aumento dos níveis de exploração do trabalho e perda de direitos historicamente conquistados, como os direitos de greve, de liberdade de organização, de estabilidade no emprego.

O golpe militar de 64 rompeu com quase todas as bases que evoluíam para uma nova ordem societária. O golpe impôs ao Brasil a retomada de outra ordem, de uma nova ordem político-institucional apoiada no fortalecimento do Estado. Essa ordem marcou o serviço social, consolidando a chamada modernização conservadora.

A modernização conservadora veio questionar o tradicionalismo, não apenas o explicitado no serviço social brasileiro como também no latino-americano. Tal crítica, no contexto da América Latina, se entrecruza com as expectativas de mudança geradas pela Revolução Cubana, que sugestionava uma nova ordem societária mais igualitária.

Nesse quadro político, o serviço social, sob a influência do golpe e gestando suas ações, via essa modernização conservadora realizar uma revisão geral. A partir dessa revisão é feita a crítica, mesmo que de maneira tímida, atrelada às ciências sociais, debatendo a dependência e as teorias do desenvolvimento. Ocorre também, nesse contexto, ainda sob o ranço da influência da Igreja Católica, porém de modo crítico e não alienado, a emergência da chamada Igreja Popular e a Teologia da Libertação. O movimento estudantil entrecruza este caminho, contestando suas bases.

O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina foi desencadeado pela ação da chamada de "geração 65", constituída por grupos profissionais de vanguarda que apresentavam um questionamento no que se referia às bases conservadoras do serviço social.

Nesse sentido, os seminários regionais de serviço social tiveram um papel importante e central, tendo como marco o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em 1965 na cidade de Porto Alegre.

Esse movimento de renovação do serviço social constituiu-se um fenômeno característico da profissão sob a vigência da autocracia burguesa, marcando uma diferenciação e uma redefinição profissional sem precedentes na trajetória profissional, dadas as novas condições postas pelo ciclo dos governos militares, os quais verificaram, nesse contexto, a necessidade de construir um novo projeto de sociedade.

Um grande trampolim para essa mudança de pensamento está na inserção e na interlocução com o marxismo, com a apropriação da teoria social de Marx.

Porém, para compreender essa renovação da profissão, devem-se considerar as determinações sócio-históricas mais amplas que incidiram sobre esse fenômeno profissional.

Em síntese, as determinações consideradas nessa análise da relação existente entre o governo autocrático e a renovação do serviço social foi:

1. o significado do golpe militar de 1964;
2. o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos ditatoriais;
3. as mudanças na relação entre o Estado e as classes sociais;
4. a reorganização do estado e das políticas sociais nos marcos da modernização conservadora e as repercussões no mercado de trabalho dos assistentes sociais;
5. as determinações da nova configuração do mercado de trabalho dos assistentes sociais;
6. as determinações da política educacional dos governos militares sobre a formação profissional.

O processo de renovação do serviço social expressa um quadro complexo e heterogêneo, composto por:

- vários projetos profissionais em confronto, com o pluralismo teórico, ideológico e político, fomentando a crítica;
- diversas concepções de intervenção profissional, derivadas da diversificação das matrizes teórico-metodológicas alternativas;
- novas propostas de formação profissional;
- fraturas ideológicas.

Até 1970, o cenário profissional era marcado:

1. pela ausência de polêmicas relevantes;
2. por uma relativa homogeneidade de intervenção e de propostas profissionais;
3. pela ausência de uma participação político-partidária – neutralidade quanto ao cenário nacional;
4. pela carência de elaboração teórica;
5. por uma consensual direção interventiva e cívica.

A ruptura com esse cenário tem suas bases na laicização do serviço social, apreendida como um dos elementos caracterizadores da renovação do serviço social sob a autocracia burguesa. Esse processo vinha se desenvol-

vendo desde o final da década de 1950, com a erosão do serviço social tradicional. Mas só foi efetivado a partir da modernização conservadora instaurada pela ditadura militar.

A renovação do serviço social é marcada por uma dinâmica profissional que vai além das respostas funcionais às demandas e condicionamentos postos pelo mercado de trabalho, com traços de funcionalidade e congruência com o regime.

Em síntese, o processo de renovação do serviço social teve como elementos:

- a. o pluralismo teórico-profissional;
- b. introdução de diferentes concepções profissionais, com diferentes visões de mundo e de sociedade, demonstrando o rompimento com a homogeneidade que a caracterizava a profissão nessas décadas;
- c. interlocução acadêmica e com outras ciências, deixando de ser subalterno dentro do âmbito acadêmico;
- d. fomento da investigação e da pesquisa.

TRAÇOS DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A renovação do serviço social inicia-se mediante um conjunto de ações organizadas, com características inovadoras que articularam as bases do rearranjo de suas tradições e da ascensão segundo as tendências do pensamento contemporâneo, procurando dar respostas às demandas sociais.

Essa renovação marca uma diferenciação e redefinição profissional dada pelas novas condições impostas pelo ciclo de governo militar e determinação sócio-históricas.

O processo de renovação expressa um quadro complexo e heterogêneo, com um pluralismo teórico, vários projetos em confronto, diferentes concepções de intervenção e práticas, novas propostas de formação profissional e uma fratura ideológica.

Nesse processo, a perspectiva modernizadora foi um esforço para adequar o serviço social enquanto instrumento de intervenção às novas técnicas que atendessem às exigências postas pelo período, porém tinha uma visão funcionalista.

Essa tendência foi expressa nos seminários:

1. Araxá, em 1967, sendo a primeira produção teórica do CBCISS;
2. Teresópolis, em 1970.

Essa perspectiva não rompe com as condições tradicionais, apenas moderniza, não questiona a ordem, apenas utiliza de novos espaços – o funcionalismo estrutural é uma reatualização do conservadorismo, que trazia para a profissão um traço microscópico de sua intervenção e tinha uma visão de mundo positivista.

Um dos maiores marcos desta expressão está expresso nos documentos de Sumaré e Alto da Boa Vista.

Há nesse momento uma produção de projetos profissionais para o serviço social, confrontando-se com a diversidade de intervenções e práticas, apresentando novas propostas, rompendo com as bases que o influenciavam em sua gênese.

Ocorre uma laicização da formação, através de uma diferenciação da categoria e uma disputa por sua hegemonia, apreendida como uma das características da renovação do serviço social. Esse processo vinha se desenvolvendo desde o final da década de 1950, com a erosão do serviço social tradicional, mas só se efetivou a partir da modernização conservadora instaurada pela ditadura militar.

Esse processo foi uma emergência de núcleos e vetores, permeados por elementos opostos e de contestação do regime e do serviço social tradicional.

A profissão é repensada, reformulada, adere às ciências sociais, alcançando um novo patamar. Reatualiza-se o conservadorismo adéquam-se os instrumentos interventivos, há a intenção de ruptura.

O contexto político vivia:

- modelo de desenvolvimento econômico voltado ao grande capital, com um governo ditatorial;
- forte intervenção militar;
- contramovimento preventivo, prevenindo uma democracia popular.

Objetivando assim:

- romper com a democracia populista;
- adequar a economia brasileira aos padrões internacionais através do governo militar, para que o capital monopolista assegurasse, via ação do Estado, os favorecimentos da grande empresa e do capital (tripé econômico);
- coerção estatal, repressão, poder centralizador.

A ruptura com esse cenário tem suas bases na laicização do serviço social que se dava em diferentes níveis na categoria profissional com o fim de alcançar sua hegemonia.

Araxá: a afirmação da perspectiva modernizadora

Esse documento foi formulado em Araxá no ano de 1967 por 38 assistentes sociais, no 1º Seminário de Teorização, expressão de movimento no qual ponderou-se sobre o serviço social, procurando sistematizar seus referenciais teóricos. Essa era uma carta de princípios que orientaria a prática.

Segundo esse documento, o serviço social era concebido como uma prática institucionalizada interventiva que trabalha junto ao indivíduo com desajustamento familiar e social, sob uma perspectiva preventiva, corretiva e promocional.

Nesse documento havia uma tensão entre o moderno e o tradicional, apresentando o serviço social tradicional com uma nova roupagem a fim de inseri-lo no processo. Não há um rompimento com o tradicionalismo, mas sim uma captura do tradicional sobre novas bases. Buscava-

-se romper com a atuação de caso, grupo e comunidade, incorporando novos métodos e processos tais como o de planejamento, de administração.

Tinha objetivos:

1. Remotos: davam um embasamento mais geral dos objetivos para o serviço social. A profissão tem por objetivo prover recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e a melhoria das condições do ser humano, segundo valores universais, tais como os contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas – ONU. A realidade não era colocada em questão.
2. Operacionais: eram os meios de realização dos objetivos remotos, uma orientação, a metodologia de ação. Visam identificar e tratar problemas ou distorções que impeçam os indivíduos de alcançarem os padrões compatíveis com a dignidade humana. Estabelecem uma pesquisa de elementos e elaboram dados que levem às reformas estruturais. São condicionados pela participação do indivíduo no processo de mudança.

As funções do serviço social decorrem de sua atuação na política social, no planejamento, na administração de serviços sociais, nos serviços de atendimento direto, corretivo, preventivo e promocional, destinados a indivíduos, grupos, comunidades, populações e organizações.

As metodologias de ação do serviço social estavam explicitadas em:

- Postulados: esses apresentavam os pressupostos éticos e metafísicos para a ação do assistente social, com seu conteúdo derivado da visão neotomista e com uma postura ética abstrata e a-histórica. Eram sustentados pela visão funcionalista. Esses postulados poderiam ser a respeito da dignidade da pessoa humana, da sociabilidade e da perfectibilidade.
- Operacionais: normas de ação que validavam a universalidade, com um enfoque global do homem.

Nessa perspectiva há um deslocamento no campo ético do neotomismo para o terreno do funcionalismo, através da integração sistêmica do indivíduo à sociedade.

O serviço social deveria, a partir do documento de Araxá, adequar sua metodologia, pois se verificava que a atuação com indivíduos, grupos, comunidade e populações não era exclusiva do serviço social.

Ao analisar os diferentes níveis de atuação, estabeleceram-se duas categorias:

- nível de microatuação: é operacional, administrativo e de prestação de serviços diretos; e
- nível de macroatuação: integração da atuação na política e planejamento para o desenvolvimento, com uma melhor utilização da infraestrutura social.

O serviço social deve participar de todas as fases de programação do macroplano de atuação, formulando sua metodologia e estratégia de ação a fim de elaborar e

implantar a política social, além de planejar e implementar a infraestrutura social. Dentro dessa ótica, exigia-se um profissional polivalente, um super profissional que pudesse abarcar todas as demandas e conduzi-las.

Buscava-se, portanto, um profissional que possuísse um perfil que melhor contribuísse para o desenvolvimento, o serviço social compreendia que o homem seria agente e objeto em busca de sua promoção humana.

Introduziu-se a uma visão de integração e bem-estar social.

Supõe esse modelo de atuação os seguintes elementos:

- ideologia do desenvolvimento integral;
- planejamento;
- mobilização de forças organizadas; • capital (recursos humanos e materiais); e
- técnica.

O documento de Araxá não apresenta, no que tange à realidade brasileira, uma análise ou diagnóstico; firma o ideário de conviver de modo harmônico, no qual os agentes do desenvolvimento seriam incumbidos de agir junto aos que resistissem às mudanças.

O serviço social é visto como técnica social, com uma orientação teórica no funcionalismo estrutural.

Teresópolis: a cristalização da perspectiva modernizadora

Esse documento foi elaborado pela iniciativa de 33 profissionais no ano de 1970, período no qual o Brasil vivia o chamado “Milagre Econômico”.

Foi um estudo sobre a metodologia do serviço social, no qual pensou-se a prática e sua interlocução com a teoria, uma concepção operacional da profissão.

No de Teresópolis, constatava-se a busca pela qualificação do assistente social, criando um perfil que melhor contemplasse a modernização conservadora da ditadura militar, consolidando o estrutural-funcionalismo como concepção teórica.

Esse documento fragmentou-se em três textos básicos sobre a metodologia do serviço social:

- “Introdução à metodologia – teoria do diagnóstico e da intervenção em serviço social”, de Suely Gomes da Costa;
- “A teoria metodológica do serviço social – uma abordagem sistemática”, de José Lucena Dantas; e
- “Bases para a reformulação do serviço social”, de Tecla Machado Soeiro.

Os participantes do CBCISS receberam um documento prévio referente à temática desse seminário, relacionado com a necessidade de um estudo sobre a metodologia do serviço social face à realidade brasileira, que foi elaborado a partir da avaliação dos sete encontros regionais que se realizaram em 1968 para discutir o documento de Araxá.

Seus organizadores elaboraram um minucioso roteiro de trabalho, mas os participantes modificaram esse roteiro e cada um dos grupos de trabalhos acabou elaborando um novo roteiro, o que impediu a redação final de um único documento como no caso do de Araxá.

Da documentação prévia, constavam os cadernos didáticos preenchidos nos encontros regionais preparatórios do Seminário.

O balanço do encontro de Teresópolis sintetizou os estudos, analisando e complementando as funções do assistente social, resumindo os cadernos didáticos preenchidos nos encontros regionais.

Quanto ao contexto sociopolítico, o Brasil vivia a aceitação da ordem sociopolítica pós Golpe de 1964 como um dado inquestionável, procurando dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentavam. Havia uma abertura de espaços sócio-ocupacionais para a profissão nas instituições e organizações estatais e paraestatais, submetidas ao Estado ditatorial.

O dado mais importante afirmado por esse documento é a afirmativa e consolidação da perspectiva modernizadora, o que, segundo José Paulo Netto, não é apenas uma concepção profissional geral, mas, sobretudo uma pauta de intervenção.

No documento, o papel profissional é claramente colocado como funcionário do desenvolvimento, no qual se destacam as funções estritamente operativas e técnico-instrumentais dentro da perspectiva de desenvolvimento e do desenvolvimentismo. Adendo ao desenvolvimentismo e seus resultados na ordem societária.

Essa perspectiva é transportada para a análise da realidade sociocultural da população, na qual a chamada "cultura popular", identificada como cultura primitiva, corresponderia à sociedade pré-industrial, em oposição à chamada "cultura moderna", típica das sociedades industrializadas. Tal perspectiva propunha a visão de que o crescimento econômico e a industrialização são automaticamente fatores de modernização e desenvolvimento, daí a adoção de critérios quantitativos, índices que pudessem mensurar o estágio de desenvolvimento de um país.

Comparando documento de Teresópolis com o documento de Araxá, observa-se mais que uma continuidade: em Teresópolis, o "moderno" é operacionalizado através de uma instrumentação da programática desenvolvimentista afirmada em Araxá.

É possível constatar que a herança tradicional presente em Araxá, através das influências filosóficas do neotomismo, desaparece em Teresópolis.

Suas preocupações centrais não são com as teorias, valores, finalidades do serviço social, mas sim com as formas, os meios, os procedimentos no sentido de garantir maior eficácia à ação profissional para que o assistente social possa contribuir para o processo de desenvolvimento, a partir do trabalho com os indivíduos, grupos, comunidades, populações com as quais trabalha. Para isso, o assistente social precisaria estar instrumentalizado com métodos, técnicas, procedimentos, definidos da melhor maneira possível, fechados, para que pudessem direcionar a ação profissional com vista à obtenção dos fins definidos previamente.

Há um avanço em relação ao documento de Araxá, pois o documento alcança um alto nível de discriminação, classificação e categorização de "situações-sociais-problema" e de procedimentos técnicos de enfrentamento.

O papel profissional é tido como o de "funcionário do desenvolvimento", reserva-se ao assistente social funções de caráter executivo e técnico-instrumentais, funcionais à lógica da modernização.

A perspectiva modernizadora se afirma como um avanço.

É um documento mais teórico, construindo estratégias e metodologias de ação. O documento de Teresópolis constrói competências técnicas, práticas e administrativas para a elaboração do perfil técnico do assistente social nos locais onde estes estavam inseridos, tendo clareza sobre o funcionalismo.

Esse documento é a expressão mais elaborada de um tipo de concepção do serviço social, baseada na perspectiva teórico-prática da profissão para a integração social, ele tira seu objeto central de situações sociais problema e o foco da atenção é a carência e a disfunção. Introduziu-se a ideia de "patologia social", da diferenciação entre o que era normal e o que era patológico: aquilo que poderia perturbar ou desajustar o funcionamento normal da sociedade e de seu sistema. Conceitua-se o "círculo vicioso da miséria".

Esse método tinha uma meta, de construir uma concepção científica para o serviço social a partir da definição de uma metodologia básica de ação – entendida como a definição de procedimentos, etapas, instrumentos a serem utilizados em qualquer área profissional.

É na construção da proposta que podem ser identificados com clareza alguns pressupostos básicos da concepção funcional do método científico:

- descrição e classificação da realidade a partir do empírico, do fenômeno;
- relação sujeito e objeto;
- equilíbrio da ordem social;
- fragmentação da realidade: ideia do todo e suas partes;
- objetividade entendida como neutralidade;
- ênfase no quantitativo, nos índices de mensuração dos fenômenos, uso da estatística, busca pela identificação das regularidades, das frequências, daquilo que permanece.

Classificam-se as necessidades sociais fundamentais agrupadas em sete linhas: biológica, doméstica, familiar, educacional, residencial, cívico-municipal, sociocultural e de seguridade social. Essas necessidades partiriam das necessidades básicas e das fundamentais de um ser humano dentro da ordem que era estabelecida pelo sistema.

O método de Belo Horizonte: intenção de ruptura

Surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais, entre os anos de 1972-1975, onde se formulou o "Método de BH", quando um grupo de jo-

vens profissionais definiu uma linha de renovação para o serviço social. O método foi uma alternativa global ao tradicionalismo.

Tem suas bases na dimensão ideopolítica crítica, confrontando a autocracia burguesa, colidindo com sua ordem no plano teórico, cultural, profissional e político, mostrando um caráter opositor ao tradicionalismo. Essa perspectiva defendia o avanço das liberdades democráticas, maior participação popular, rompimento com o tradicionalismo, mas foi interrompida em 1975.

Seu traço mais importante foi a vinculação com a universidade, pois dava a base teórica para que se rompesse com o tradicionalismo – perspectiva renovadora. A universidade buscava responder a essas demandas através de uma produção teórica, por meio de pesquisa, ensino e extensão, possibilitando uma interação com outros profissionais.

A perspectiva da intenção decorre de um projeto de romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-operacionais. Ela se expande a partir da crise do regime militar e da entrada da classe operária na cena política, porém o golpe militar rompe com esse avanço, todavia não impede seu desenvolvimento ideológico e cultural.

A intenção de ruptura com o serviço social tradicional produz a crítica e contestação das bases, pautadas no regime, introduzindo o pensamento marxista e a participação político-partidária.

O método articula os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternizadas com os critérios teóricos, metodológicos e interventivos do serviço social.

- *Crítica ideológica.*
- *Denúncia epistemológica.*
- *Recusa os métodos tradicionalistas.*

As críticas realizadas focavam o conceito simplificado de classe social, objetivos muito ambiciosos (messianismo), e funções que se confundem com as funções político-partidárias.

Nos anos 1970, o espaço acadêmico apresentava-se como sólido e consolidado sendo terreno fértil para a graduação e a pós-graduação em serviço social. Tal espaço proporcionava a revisão teórica e metodológica, questionando suas bases.

Na academia é possível sinalizar a interação entre as ciências e mesmo a interação ou integração intelectual entre assistentes sociais, pois é no espaço do conhecimento que a crítica era bem-vinda e não recusada. As experiências da inserção no mercado de trabalho e até mesmo no campo de estágio fomentavam a crítica e interesse pela pesquisa, que vinha quebrar o isolamento

É a partir da perspectiva da intenção de ruptura que se sinaliza a inserção do serviço social na academia, na busca pela renovação e ruptura com o tradicionalismo.

1.2 ANÁLISE CRÍTICA DAS INFLUÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E AS FORMAS DE INTERVENÇÃO CONSTRUÍDAS PELA PROFISSÃO EM SEUS DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS.

Debate Teórico-Metodológico, Ético-Político e Técnico-Operativo do Serviço Social e as Respostas Profissionais aos Desafios de hoje.

Do legado da história aos desafios atuais da profissão

O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão é resultado das demandas da sociedade capitalista e suas estratégias e mecanismos de opressão social e reprodução da ideologia dominante. Como profissão que surge de uma demanda posta pelo capital, institucionaliza-se e legitima-se como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, mas com um suporte de uma prática cristã ligada à Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e da regulação da chamada questão social que, a partir dos anos 30 (séc. XX), adquire expressão política pela intensidade das manifestações na vida social cotidiana.

Conforme afirma Yazbek, terá particular destaque na estruturação do perfil da emergente profissão no país a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Cabe ainda assinalar, que nesse momento, a questão social é vista a partir de forte influência do pensamento social da Igreja, que a trata como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento.

O surgimento do Serviço Social está intrinsecamente relacionado com as transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil nas décadas de 1930 e 1940, com o projeto de recristianização da Igreja Católica e a ação de grupos, classes e instituições que integraram essas transformações. Essas décadas são marcadas por uma sociedade capitalista industrial e urbana. A industrialização processava-se dentro de um modelo de modernização conservadora, pois era favorecida pelo Estado corporativista, centralizador e autoritário. Assim, a burguesia industrial aliada aos grandes proprietários rurais, buscava apoio principalmente no Estado para seus projetos de classe e, para isso, necessitavam encontrar novas formas de enfrentamento da chamada “questão social”.

O Estado Novo visando garantir o controle social e sua legitimação, apoia-se na classe operária por meio de uma política de massa, capaz ao mesmo tempo de “defender” e de reprimir os movimentos reivindicatórios. Ele se constitui na “versão brasileira atenuada do modelo fascista europeu”, ou seja, as diretrizes assumidas pelo governo Vargas baseavam-se nos modelos corporativos eu-

ropeus. Esta ação vai desde uma legislação social protetora até uma estrutura sindical, o Estado "lhe concede o direito potencial à reivindicação e lhe concede a cidadania", mas em contrapartida, subtrai-lhe a possibilidade de uma organização política autônoma e com isso cria um aparato institucional assistencial que irá atender muito mais ao elevado nível econômico do mercado do que às necessidades da população. A política Vargas tem duas posturas contraditórias em relação aos operários, a conciliação e a repressão, ou seja, o ditador buscava obter "apoio" das classes trabalhadoras, inicialmente, pela legislação da Previdência Social, depois pelo controle das estruturas sindicais, controle esse que assumiu diversas formas repressivas.

A implementação dessas ações governamentais ocorre no momento em que a proposta de institucionalização do Serviço Social começa a existir. Na América Latina, bem como no Brasil, a Igreja ainda desenvolvia quase que exclusivamente sua intervenção no campo de ação social por meio das chamadas obras de caridade e assistência, que envolviam em suas ações a burguesia e especialmente o segmento feminino.

A formação profissional dos primeiros assistentes sociais brasileiros dá-se a partir da influência europeia, por meio do modelo franco-belga que, tendo como base princípios messiânicos (tomistas) de salvar o corpo e a alma, e fundamentava-se no propósito de "servir ao outro".

O modelo franco-belga, limitou-se, portanto, a uma formação essencialmente pessoal e moral sendo, nesse período, o Serviço Social assumido como uma vocação, e a formação moral e doutrinária, enquanto cerne da formação profissional, visou, sobretudo, formar o assistente social para enfrentar, com subjetividade, a realidade social.

A partir dos anos 40, abre-se um novo horizonte no campo da profissionalização da assistência, que, mesmo ainda estreitamente ligada a sua origem católica, com as ideias e princípios da "caridade", da "benevolência" e da "filantropia", próprios do universo neotomista, tem sua atividade legitimada pelo Estado e pelo conjunto da sociedade, por meio da implementação de grandes instituições assistenciais. Nesse quadro, o Serviço Social busca uma instrumentalização técnica, valorizando o método e desvinculando-se dos princípios neotomistas para se orientar pelos pressupostos funcionalistas da sociologia e assim poder responder às novas exigências colocadas pelo mercado.

A linguagem do "investimento", da técnica, do planejamento passa a ser um referencial importante, constituindo-se com isso, uma das bases para o processo de profissionalização do Serviço Social.

O processo de institucionalização e de legitimação do Serviço Social desvencilha suas origens da Igreja, contudo não supera o ranço conservador, quando o Estado passa a gerir prioritariamente a política de assistência, efetivada direta ou indiretamente pelas instituições por ele criadas ou a ele associadas. A assistência deixa de ser um serviço prestado exclusivamente pelas instituições privadas, tendo novos parceiros como o Estado e o empresariado.

O desenvolvimento do capitalismo e a inserção da classe operária no cenário político da época cria o fundamento necessário à institucionalização da profissão. A chamada "questão social" manifesta-se por meio de vários problemas sociais (fome, desemprego, violência e outras) que exigem do Estado e do empresariado uma ação mais efetiva e organizada. A demanda do trabalho profissional (assistente social), portanto, vem no bojo de uma demanda apresentada pelo setor patronal e pelo Estado.

Também se diferencia no que diz respeito à população atendida, quando antes uma pequena parcela da população tinha acesso aos serviços das obras assistenciais privadas, agora um maior número do proletariado tem acesso às incipientes políticas sociais criadas pelo Estado. Essa mudança substancial altera também o vínculo profissional, pois o Estado e o empresariado passam a ser os grandes empregadores de Assistentes Sociais, dando um contorno diferenciado ao exercício profissional.

Sob a égide do pensamento da Igreja, a atuação profissional estava impregnada da ideia de "fazer o bem", de legitimar a doutrina social da Igreja. O Serviço Social no Brasil, assim como na Europa, frente à fragilidade teórica, com uma formação mais moral e ética, e à complexidade da realidade social, fez uso dos ensinamentos da Igreja para executar sua prática, e esta usava o Serviço Social para expandir sua doutrina, sua visão de homem e de mundo.

Com isso, o pensamento conservador e a influência da doutrina católica traçaram um perfil de ação para os profissionais de Serviço Social atrelados ao pensamento burguês, atribuindo-lhes tarefas de amenizar conflitos, recuperar o equilíbrio e preservar a ordem vigente, com frágil consciência política, pois envolvida pelo "fetiche" da ajuda, não conseguia ter claro as contradições do exercício profissional.

Essas características do Serviço Social brasileiro, no período inicial de sua existência, são marcantes, e dizem respeito a uma profissão aceita não só pela Igreja, mas principalmente pelo Estado e pela burguesia. Seu componente técnico-operativo incorpora formas tradicionais de assistência social e da própria ação social, tais como: estudo das necessidades individuais, triagem dos problemas, concessão de ajuda material, aconselhamentos, inserção no mercado de trabalho, triagem, visitas domiciliares, encaminhamentos, aulas de tricô e outros trabalhos manuais, atividades voltadas à educação ou a orientações sobre moral, higiene, orçamento, entre outros.

Nos anos 40, surgem os métodos importados dos Estados Unidos, Serviço Social de Caso e, ainda que este predomine, também há espaço para a abordagem grupal, com o Serviço Social de Grupo, cujo enfoque de ambos é a solução dos problemas pessoais, de relacionamento e de socialização. Só nos anos 60, o Serviço Social no Brasil amplia seu campo de atuação para o chamado Serviço Social de Comunidade, legitimando com esta forma de intervenção o atendimento do projeto de influência norte-americano.

No período pós Segunda Guerra Mundial, a profissão que antes era composta quase que exclusivamente por elementos da elite, passa a receber agentes que proce-